31 de março de 2014

Principais Agregados das Administrações Públicas
2013 – Dados provisórios

Principais Agregados das Administrações Públicas

O INE apresenta os dados dos Principais Agregados das Administrações Públicas relativos à estimativa provisória anual de 2013 enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC95.[1]

As contas do setor das Administrações Públicas são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 1995 (SEC 1995). Complementarmente são seguidas as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas.[2]

Estes dados são consistentes com a primeira notificação de 2013 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

O quadro seguinte apresenta os Principais Agregados das Administrações Públicas referente ao ano de 2013.

PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS
ANO: 2013

Unidade: Milhões de euros

Códigos das operações	Designação das operações	Administrações Públicas S13	Administração Central S1311	Administração Regional e Local S1313	Fundos de Segurança Social S1314
TE	**Total de despesas das administrações públicas**	80.651	59.701	10.639	23.446
TR	**Total de receitas das administrações públicas**	72.410	50.639	11.047	23.858
B.9	**Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (saldo em Contas nacionais)**	-8.241	-9.061	408	412
	Por memória:				
B.9 - PDE	**Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (PDE)** [(a)]	-8.122	-8.942	408	412

Nota:

[(a)] De acordo com o Regulamento (CE) nº. 351/2002 da Comissão, que altera o Regulamento (CE) nº. 3605/93 do Conselho no que respeita às referências ao SEC 95, os fluxos de juros ao abrigo de swaps e de contratos de garantia de taxas (FRA's) são objecto de um tratamento específico no caso dos dados transmitidos ao abrigo do procedimento dos défices excessivos. Esta diferença metodológica reflecte-se na diferença entre o saldo "Capacidade/necessidade de financiamento" do sector das Administrações Públicas no âmbito dos quadros do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), B.9 e o saldo apurado para efeitos do Procedimento relativo aos Défices Excessivos, B.9-PDE.

Para o total das despesas e total das receitas a soma dos subsectores não é igual ao valor do total do sector, por efeitos de consolidação de algumas operações.

[1] Regulamento (CE) n.º 2223/96 do Conselho, de 25 de junho de 1996, relativo ao Sistema europeu de contas nacionais e regionais na Comunidade.
[2] Este documento está disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-RA-13-001/EN/KS-RA-13-001-EN.PDF

www.ine.pt | Informações adicionais: Unidade de Comunicação e Imagem [Tel: 21.842.61.00 _ Fax: 21.842.63.73 _ uci@ine.pt]

As contas do setor das Administrações Públicas associadas à presente notificação relativa ao PDE são as últimas apresentadas de acordo com o SEC 1995. Na próxima notificação em setembro de 2014 os resultados serão apurados de acordo com o novo Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC 2010).

O quadro em baixo apresenta as principais componentes da receita das Administrações Públicas para os anos de 2009 a 2013.

QUADRO 2: RECEITA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS *Unidade: Milhões de Euros*

	Administrações Públicas S13			
	2010	2011	2012	2013
Receita Total	71.991	77.043	67.574	72.410
Receita Corrente	67.079	69.229	65.077	70.907
da qual:				
Impostos sobre a produção e a importação	23.040	23.499	22.539	22.568
Contribuições sociais	21.270	21.048	19.135	20.140
Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.	15.222	16.882	15.272	19.522
Receita de Capital	4.912	7.814	2.497	1.503

A receita total das Administrações Públicas aumentou entre os anos de 2009 e 2011, tendo-se observado uma redução em 2012 a que se seguiu uma recuperação em 2013 para um nível próximo do exibido em 2010. É de salientar o facto de os valores registados nos anos 2010 e 2011 estarem influenciados pela ocorrência de operações extraordinárias que afetaram sobretudo a receita de capital, nomeadamente o registo de 2.804 milhões de euros relativos à transferência do fundo de pensões da Portugal Telecom em 2010 e de 5.950 milhões de euros referentes à transferência de fundos de pensões de instituições bancárias em 2011.

Do lado da receita corrente, após a redução exibida pela receita fiscal em 2012, verificou-se um aumento deste agregado no ano 2013. Esta evolução é motivada essencialmente pelo comportamento da receita de impostos correntes sobre o rendimento e património e das contribuições sociais, que registaram aumentos de 27,8% e 5,2%, respetivamente, comparativamente com o ano anterior, em parte refletindo a receita extraordinária associada ao Regime Excecional de Regularização de Dívidas Fiscais e à Segurança Social no montante de 1.280 milhões de euros.

QUADRO 3: DESPESA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS *Unidade: Milhões de Euros*

	Administrações Públicas S13			
	2010	2011	2012	2013
Despesa Total	89.019	84.423	78.244	80.651
Despesa Corrente	79.116	77.622	73.386	76.627
da qual:				
Remunerações dos Empregados	21.157	19.422	16.510	17.789
Contribuições e Prestações Sociais	29.553	29.808	29.645	31.229
Despesa de Capital	9.902	6.801	4.857	4.024

www.ine.pt | Serviço de Comunicação e Imagem - Tel: +351 21.842.61.00 - sci@ine.pt

A despesa total das Administrações Públicas, após a diminuição verificada em 2012, também aumentou em 2013, embora de forma menos intensa que a receita, observando-se comportamentos opostos da despesa corrente e da despesa de capital.

Por um lado, o aumento da despesa corrente no ano de 2013 está associado à evolução positiva das remunerações pagas aos empregados, bem como da despesa com contribuições e prestações sociais, tendo-se registado aumentos de 7,7% e 5,6%, respetivamente, face aos níveis de 2012. Refira-se que o aumento das remunerações pagas pelas AP resultou, em parte, da reposição do subsídio de férias e de Natal.

Por outro lado, a despesa de capital diminuiu, sobretudo devido à redução de 34,6% nas transferências de capital pagas pelas Administrações Públicas. Esta redução reflete essencialmente um efeito de base associado ao registo em 2012, como transferências de capital, dos aumentos de capital da Caixa Geral de Depósitos e da Sagestamo no valor total de 1,5 mil milhões de euros. Refira-se ainda que o valor das transferências de capital pagas pelas Administrações Públicas reflete, em 2013, a contabilização do aumento de capital no BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA no montante de 700 milhões de euros.

QUADRO 4: SALDOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS *Unidade: Milhões de Euros*

	Administrações Públicas S13			
	2010	2011	2012	2013
Capacidade (+) / necessidade (-) líquida de financiamento (saldo em contas nacionais)	-17.028	-7.380	-10.669	-8.241
Saldo Corrente	-12.037	-8.393	-8.309	-5.720
Saldo Primário	-12.132	-509	-3.515	-1.058

A necessidade líquida de financiamento das Administrações Públicas registou uma melhoria de cerca de 2.400 milhões de euros em 2013, face ao ano anterior. Esta evolução deveu-se essencialmente ao subsetor da Administração Central, uma vez que o saldo conjugado da Administração Regional e Local se manteve num nível semelhante ao de 2012.

Em termos de saldo primário, ou seja, o saldo global excluindo o pagamento líquido de juros, verifica-se em 2013 uma melhoria significativa face ao montante verificado no período anterior, fixando-se em -1.058 milhões de euros.

www.ine.pt | Serviço de Comunicação e Imagem - Tel: +351 21.842.61.00 - sci@ine.pt